

---

# Parecer AUDI nº 001/2026

## Prestação de Contas Anual da Previc

---

---

*Parecer da auditoria interna sobre a prestação de contas anual da Previc, referente ao Exercício 2025, apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como peça de prestação de contas ordinária anual a que esta Autarquia está obrigada, nos termos do § 6º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, combinado com a Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, com a Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, e com a Instrução Normativa CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021.*

---

**Equipe Audi Previc**

*Hilton de Enzo Mitsunaga – Auditor-Chefe*

*Guilherme Affonso Browne – Economista*

---

## Sumário

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>I - Do Relatório de Gestão da Previc 2025.....</b>	<b>3</b>
<b>II - Trabalhos de auditoria previstos e executados no âmbito do PAINT .....</b>	<b>4</b>
<b>III - Atingimento dos objetivos operacionais .....</b>	<b>5</b>
<b>IV - Conclusão.....</b>	<b>9</b>

---

## INTRODUÇÃO

---

1. Trata-se de parecer da auditoria interna referente aos resultados das atividades desenvolvidas e apresentadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para o exercício de 2025, com vistas a avaliar a consistência das informações e da composição do processo de Prestação de Contas Ordinárias Anual, conforme previsto no § 6º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 e no art. 15 da Instrução Normativa CGU nº 05, de 27 de agosto de 2021.

2. A Previc é uma Autarquia Federal de natureza especial, com sede em Brasília - Distrito Federal, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e vinculada ao Ministério da Previdência Social. Tem por finalidade fiscalizar e supervisionar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar e executar as políticas relativas ao regime de previdência operados por essas entidades.

3. Este parecer foi elaborado considerando o disposto na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, bem assim nos art. 15 e 16 da Instrução Normativa CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021, que dispõem:

Art. 15 As unidades de auditoria interna singulares da Administração Indireta do Poder Executivo Federal emitirão **parecer sobre a prestação de contas anual da entidade**.

Art. 16 O parecer deve expressar opinião geral, com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do PAINT, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto:

I - à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;

II - à conformidade legal dos atos administrativos;

III - ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;

IV - ao atingimento dos objetivos operacionais.

§ 1º O parecer pode incluir informações de trabalhos de outros provedores de avaliação para tratar dos tópicos contidos nesses incisos.

§ 2º Se a unidade de auditoria interna não puder se manifestar sobre algum dos incisos deste artigo, ela deverá registrar no parecer a negativa de opinião justificada.

§ 3º A opinião a que se refere o presente artigo será emitida em conformidade com as disposições específicas constantes do Referencial Técnico de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 3, de 9 de junho de 2017.

4. O presente parecer circunscreve-se à opinião geral relativamente aos incisos I, II e IV do **caput**, contudo não traz manifestação quanto ao inciso III, com fundamento no § 2º do art. 16 da Instrução Normativa CGU nº 05, de 2021, que possibilita negativa de opinião justificada, uma vez que no exercício avaliado esta unidade de auditoria não efetuou verificações acerca da elaboração das informações contábeis e financeiras da Autarquia.

---

## I - Do Relatório de Gestão da Previc 2025

---

5. O Relatório de Gestão constitui a principal peça da Prestação de Contas Anual da Autarquia e tem como objetivo demonstrar o planejamento, a execução e a comprovação da utilização dos recursos públicos destinados ao atingimento das metas fixadas para o exercício de 2025, em cumprimento à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual e à missão institucional da Unidade Prestadora de Contas (UPC).

6. Das inovações trazidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) quanto ao modelo de relato integrado a partir de 2018, destacam-se:

- a) a necessidade de determinação da materialidade das informações que irão compor o relatório de gestão, com a inclusão do resumo do processo de determinação de materialidade no capítulo “Outras informações relevantes”; e
- b) a exigência de aplicação do pensamento integrado na preparação e na apresentação do relatório, com a inclusão de declaração, pelos responsáveis pela governança, do reconhecimento da integridade do relatório como anexo.

7. O Relatório de Gestão seguiu as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020, que estabelece normas para a organização e a apresentação das contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal e para o julgamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

8. Também se pautou pela Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, unificando informações financeiras e não financeiras de forma objetiva e demonstrando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Autarquia proporcionam a criação de valores para os atores do sistema de previdência completar fechada e para a sociedade, considerando os horizontes de curto, médio e longo prazos.

9. Evidencia-se, dessa forma, que a UPC envidou os esforços necessários para a concepção de um Relatório de Gestão que atendesse à legislação correlata.

10. Ressalte-se que a elaboração do Relatório em formato de Relato Integrado vem sendo aperfeiçoada ao longo dos anos, sendo possível verificar que o processo de Prestação de Contas da Previc, de uma maneira geral, atende aos requisitos normativos positivados pelo TCU e pela Controladoria Geral da União (CGU).

## II - Trabalhos de auditoria previstos e executados no âmbito do PAINT

11. A Auditoria Interna (Audi) da Previc é um órgão seccional vinculado à Diretoria Colegiada, e tem como propósito a prestação de serviços de avaliação e consultoria que agreguem valor às práticas administrativas, particularmente aquelas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos<sup>1</sup>, de modo a contribuir para o alcance dos objetivos e cumprimento da missão institucional da Autarquia com maior eficiência.

12. A Audi está submetida à orientação normativa e supervisão técnica da CGU, e possui atribuição para examinar a conformidade dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos sistemas administrativos e operacionais, bem como para verificar o fiel cumprimento das diretrizes e normas vigentes, com o intuito de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

13. Além disso, acompanha os trabalhos de auditoria externa executadas pela CGU e pelo TCU, cabendo ressaltar que em 2025, a CGU concluiu a Auditoria 1567399 (Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade da emissão de atos públicos de liberação da atividade econômica sob responsabilidade de órgãos e entidades federais, considerando os critérios de avaliação estabelecidos pela Lei 13.874/2019 e pelo Decreto nº 10.178/2019), enquanto que o TCU concluiu o TC 008.257/2024-8 (avaliar a adoção de tecnologias e boas práticas pelas organizações públicas federais e outros entes jurisdicionados ao TCU que permitam ao público PCD (pessoas com deficiência) acessar sítios e serviços públicos digitais) e o TC 009.980/2024-5 (elaborar diagnóstico acerca dos controles implementados por organizações públicas federais para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e induzir tais organizações a conduzirem iniciativas para providenciar o pleno cumprimento da Lei 13.709/2018).

14. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2025, executado no exercício de 2025, considerando o planejamento estratégico e a estrutura de governança da Previc, contemplou o acompanhamento e monitoramento das recomendações e determinações da CGU e do TCU, a avaliação de processos internos e respectivo monitoramento de recomendações, bem como as atividades administrativas e de gestão da própria unidade de auditoria.

15. O cumprimento do PAINT 2025 encontra-se detalhado no quadro a seguir:

Nº Ação	Descrição das Ações	Posição
01	Parecer da prestação de contas	Concluída

<sup>1</sup> A Audi presta serviços de **avaliação e de consultoria** com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade, avaliando em terceira linha, os processos, conforme a metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos da Autarquia.

Nº Ação	Descrição das Ações	Posição
02	Recomendações e determinações da CGU e do TCU referentes aos Relatórios de Auditoria e Acórdãos dos exercícios anteriores.	Concluída
03	Recomendações referentes aos relatórios de auditoria da Audi	Concluída
04	Avaliar os controles internos instituídos para o processo “Autorizar Estatuto e Convênio de Adesão”.	Concluída
05	Avaliar os controles internos instituídos para os processos de atendimento e disponibilidade e infraestrutura dos Escritórios de Representação da Previc.	Concluída
06	Avaliar os controles internos instituídos para o processo “Gerir a força de trabalho”.	Em Conclusão
07	Atendimento às solicitações de órgãos externos	Concluída

16. O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), que detalha a execução do PAINT, apresenta as recomendações emitidas pela Auditoria Interna da Previc implementadas nos últimos exercícios, ressaltando que a coluna “Benefício alcançado”<sup>2</sup>, indica os resultados e benefícios considerados pelas áreas auditadas, que foram proporcionados a partir da atividade desempenhada pela Audi.

---

### III - Atingimento dos objetivos operacionais

---

17. O Relatório de Gestão da Previc apresenta a estrutura de governança e gestão da Autarquia, dos recursos empregados e dos resultados atingidos, conforme seu planejamento estratégico e desempenho diante da implementação da estratégia organizacional e o acordo de metas de gestão e desempenho.

18. De acordo com o Relato, o planejamento estratégico é uma importante metodologia para subsidiar os gestores a direcionarem suas iniciativas, tomando por base a análise dos ambientes interno e externo nas constantes mudanças.

19. Para posicionar sua atuação conforme as demandas dos cenários interno externo, a Previc elaborou no segundo semestre de 2024 seu planejamento estratégico para o período de 2025 a 2030, alinhado às diretrizes ministeriais e ao plano plurianual do governo federal (PPA).

20. De acordo com o documento, no Planejamento Estratégico 2025-2030, há seis temas a serem tratados segundo as perspectivas de Resultados para a Sociedade, Processos Finalísticos e Desenvolvimento Organizacional: Desenvolvimento e modernização da PREVIC, Geração e difusão de conhecimento, Regulação e regulamentação, Estratégias e doutrinas de supervisão, Processos de supervisão e Processos de gestão.

---

<sup>2</sup> As Instruções Normativas SFC nº 03, de 09 de junho de 2017 e nº 10, de 28 de abril de 2020, disciplinam a “Sistemática de Quantificação e Registro Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal”.

21. A cadeia de valor representa conjuntos de atividades finalísticas e de apoio desempenhadas pela Autarquia, a partir da articulação entre seus órgãos e dos fluxos de informações necessárias a cada processo, e foi reavaliada para racionalizar a abrangência e descrição dos processos, tornando-a mais clara e adequada aos ambientes de atuação da Previc.

22. É composta por ma **cadeia de apoio** (Estratégia, Gestão e Suporte), três **cadeias finalísticas** (Diretrizes Técnicas e Normativas, Licenciamento e Fiscalização e Monitoramento) e uma **cadeia de promoção do relacionamento institucional**.

23. Em relação ao Plano de Ação Estratégico de 2025, o Planejamento Estratégico foi desdobrado em 51 (cinquenta e uma) iniciativas, sendo 13 (treze) iniciativas relacionadas aos objetivos dos Resultados para a Sociedade, 19 (dezenove) iniciativas para atingir os objetivos da perspectiva dos Processos Finalísticos e 19 (dezenove) iniciativas no pilar de Desenvolvimento Organizacional, das quais 31 (trinta e uma) foram concluídas e 20 (vinte) prorrogadas/canceladas.

24. O mapa estratégico é a representação gráfica do plano de ação estratégico. Nele estão evidenciadas a missão, a visão e os objetivos estratégicos traçados para cada pilar, segundo critérios de prioridade e oportunidade.

25. Os objetivos estratégicos são apresentados em perspectivas hierarquizadas e correspondentes aos pilares estratégicos, partindo-se de uma base de desenvolvimento institucional, que cuida de aperfeiçoar os processos de trabalho e gestão, que compõem o pilar de Gestão Corporativa.

26. Por sua vez, os objetivos finalísticos representam as atividades que a autarquia desempenha para cumprir sua missão institucional e que se enquadram nos pilares de Normatização e Orientação, Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento e Relacionamento Institucional.

27. Destaca-se no Relatório de Gestão que tais objetivos convergem aos resultados para a sociedade e devem ser atingidos no período planejado para que seja cumprida a missão institucional segundo a visão projetada para o futuro da organização.

28. Verifica-se a partir da análise do Relatório a demonstração dos resultados institucionais para a Sociedade em 4 (quatro) cadeias: 1) Normatização e Orientação Técnica; 2) Licenciamento; 3) Fiscalização e Monitoramento e 4) Relacionamento Institucional, com seus respectivos resultados.

29. Na Conformidade e Eficiência da Gestão é apresentada a gestão orçamentária e financeira, a gestão de custos, a gestão de pessoas, a gestão de licitações e contratos, a gestão patrimonial e a gestão de tecnologia da informação e comunicação.

30. Encerra o Relatório de Gestão com as Demonstrações Contábeis da Previc do exercício de 2025, compostas das seguintes peças, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, com 23 (vinte e três) Notas Explicativas e Declaração do Contador.

31. Extrai-se ainda do Relatório de Gestão que a atuação administrativa e o desempenho finalístico da Previc são acompanhados e avaliados por uma comissão formada por representantes do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Casa Civil, por meio de metas de gestão e desempenho anualmente estabelecidas em comum acordo no Plano de Trabalho Anual, previsto no Acordo de Metas de Gestão e Desempenho celebrado.

32. O Plano de Trabalho Anual (PTA) 2025 foi composto por 6 (seis) objetivos, 15 (quinze) ações e 15 (quinze) metas. Consta nesse Plano que todas as 15 (quinze) ações relacionadas tiveram suas metas cumpridas, conforme tabela a seguir:

**Tabela: Resultado do PTA 2022**

Objetivo	Ação	Meta	Resultado
Aprimoramento do arcabouço regulatório	Elaborar proposta de nova Resolução de Atuária, em substituição à Resolução CNPC nº 30, de 2018	Propor normativo para alterar a Res. CNPC nº 30, de 2018	Meta cumprida
Monitorar as EFPC e respectivos planos de benefício	Executar o monitoramento das EFPC e Planos de Benefício com base nos indicadores de risco	Tratar 100% dos casos selecionados	Meta cumprida
Atuar no monitoramento da previdência complementar fechada	Elaborar análise econômico-financeira da previdência complementar fechada.	Elaborar um Relatório da Previdência Complementar – RPC.	Meta cumprida
Atuar na supervisão e fiscalização	Executar a Supervisão Permanente	Cumprir o programa de Supervisão Permanente nas EFPC selecionadas, conforme o Plano Anual de Fiscalização	Meta cumprida
	Executar o Acompanhamento Especial	Cumprir o programa de Acompanhamento Especial nas EFPC selecionadas, conforme o Plano Anual de Fiscalização	Meta cumprida
	Executar a Supervisão Periódica	Cumprir o programa de Supervisão Periódica nas EFPC selecionadas, conforme o Plano Anual de Fiscalização	Meta cumprida
	Executar as Ações Fiscais Diretas	Executar as Diligências nas EFPC selecionadas, conforme o Plano Anual de Fiscalização	Meta cumprida

Objetivo	Ação	Meta	Resultado
	Proceder à instrução e julgamento de autos de Infração	Eliminar as pendências de julgamento de autos de infração lavrados há mais de dois anos	Meta cumprida
Analisar as demandas de Licenciamento nos prazos regulamentares	Analisar os requerimentos de licenciamento recebidos	Atender as demandas aptas recebidas no prazo regulamentar	Meta cumprida
	Analisar os requerimentos de habilitação de dirigentes recebidas	Atender as demandas aptas recebidas no prazo regulamentar	Meta cumprida
Aperfeiçoar a Execução da Gestão de Riscos	Efetuar mapeamento e análise de riscos dos processos de trabalho conforme Plano de Gestão de Riscos Operacionais	Meta 1: Análise inicial do processo “Gerir a força de trabalho”	Meta cumprida
		Meta 2: Atualizar análise do processo “Executar ações fiscais”	Meta cumprida
		Meta 3: Atualizar análise do processo “Gerir bases de dados de monitoramento”	Meta cumprida
		Meta 4: Análise inicial do processo “Tratar demandas do cidadão”	Meta cumprida
		Meta 5: Atualizar análise do processo “Autorizar regulamentos de planos de benefícios”	Meta cumprida
		Meta 6: Atualizar análise do processo “Acompanhar evolução das práticas previdenciárias”	Meta cumprida

---

## IV - Conclusão

---

33. Os exames foram elaborados e fundamentados na importância do processo de Prestação de Contas Ordinárias Anual, em conformidade com as normas de auditoria e conceberam, dentre outras ações, o planejamento dos trabalhos, a transparência das informações, os controles internos instituídos, a rastreabilidade e a minimização dos riscos.


34. Em relação aos trabalhos executados no âmbito do PAINT, **conclui-se pela conformidade legal e adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela Autarquia**, registrando-se os resultados positivos alcançados e benefícios considerados pelas áreas auditadas, que foram proporcionados pela atividade desempenhada pela Audi.

35. Cabe ressaltar que foram analisados os aspectos do conteúdo da prestação de contas em consonância com as disposições normativas e orientações emanadas pelos órgãos de controle, sendo possível **concluir pela aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria**.

36. No que se refere aos objetivos operacionais, o Relato de Gestão apresenta uma perspectiva ampla com objetivos estratégicos e finalísticos da Autarquia, demonstrando os resultados para a Sociedade, bem como o alcance das metas previstas no Acordo de Metas de Gestão e Desempenho celebrado com o Ministério da Previdência Social, motivo pelo qual esta unidade de auditoria interna **opina pelo atendimento aos objetivos propostos**.

37. Portanto, **conclui-se que os dados e as informações relativos ao exercício de 2025**, exigidos pelos atos normativos para exame e certificação pela Controladoria-Geral da União (CGU) e, apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), **estão adequados e disponíveis no processo de Prestação de Contas Ordinárias Anual da Previc**.

Brasília, 23 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **HILTON DE ENZO MITSUNAGA**  
Data: 23/03/2026 11:33:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Hilton de Enzo Mitsunaga  
Auditor-Chefe da Previc

**Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.**  
Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conj. A, 12º andar – Asa Norte. 70.716-900 – Ed. Venâncio 3000.  
Brasília/DF.

(61) 2021-2000

[www.previc.gov.br](http://www.previc.gov.br)